



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 35 de 2020

Dispõe sobre o Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Paraíba para o sexênio 2021-2026 e dá outras providências.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

Considerando a autonomia administrativa atribuída ao Poder Judiciário, conforme previsto no art. 99 da Constituição Federal e da Constituição Estadual;

Considerando os princípios constitucionais da administração pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 30 da Constituição Estadual, especialmente, a eficiência e impessoalidade;

Considerando que o cumprimento das disposições constitucionais impõe efetiva prestação jurisdicional, com ações estruturais, proativas e eficazes que viabilizem pronto acesso, atendimento qualificado e resposta satisfatória do sistema judicial às demandas propostas;

Considerando a necessidade de Revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e estabelecer um referencial para o período 2021-2026, de forma a melhor cumprir com sua finalidade de articular as ações de curto, médio e longo prazos, com o objetivo de conferir suporte e sustentabilidade aos propósitos institucionais;

Considerando os resultados do Planejamento Estratégico, no período 2009-2014;

Considerando os Macrodesafios do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, formulados pela Rede de Governança Colaborativa e aprovados no XIII Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido em Maceió-AL, em novembro de 2019;

Considerando as iniciativas, indicadores e metas aprovados pela Comissão da Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça da Paraíba, em novembro de 2020;

Considerando as disposições da Resolução nº 325, do Conselho Nacional

de Justiça, de 29 de junho de 2020, que instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021 a 2026;

Considerando a iminente necessidade de se alinhar aos preceitos da Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça e, ainda, a possibilidade de edição de atos normativos ad referendum do Tribunal Pleno, quando configuradas situações de relevância e urgência, consoante disposto no art. 34 da Resolução nº 40/2013 deste Tribunal de Justiça;

Resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado da Paraíba para o período de 2021 a 2026, nos termos do Anexo I desta Resolução, sintetizada nos seguintes componentes:

- I – missão;
- II – visão;
- III – valores;
- IV – macrodesafios do Poder Judiciário;
- V – Iniciativas Estratégicas;
- VI - Indicadores de desempenho; e
- VII - Metas

Art. 2º A condução dos macrodesafios será atribuída a Coordenadores, magistrados indicados pela Presidência do Tribunal, que deverão identificar as iniciativas estratégicas e implementá-las segundo a necessidade para o alcance das respectivas metas.

§ 1º Os coordenadores terão autonomia no tocante à solicitação de informações junto aos diversos setores do Tribunal, bem como na alocação de equipe de trabalho para execução de atividades necessárias ao bom andamento dos projetos e planos de ação.

§ 2º Os Coordenadores dos macrodesafios, nos termos do Anexo I, terão mandato de dois anos, permitida uma recondução, e serão substituídos quando necessário no curso do mandato, respeitadas as indicações previstas neste artigo.

§ 3º O Tribunal de Justiça da Paraíba adotará as medidas necessárias para proporcionar aos coordenadores dos macrodesafios, bem como às equipes de trabalho por eles designadas, as condições adequadas ao desempenho de suas atribuições, de modo a evitar prejuízo às tarefas inerentes à sua função precípua.

Art. 3º O planejamento a que se refere esta Resolução orientará a elaboração do Plano de Gestão do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Parágrafo Único. O Plano de Gestão previsto no caput deste artigo consiste no menor detalhamento do planejamento estratégico a ser implementado a cada gestão bienal e deve dispor sobre ações, produtos, etapas, prazos e responsáveis, nos termos do Anexo II desta Resolução.

Art. 4º Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica para acompanhar o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, sendo constituído por:

I – Coordenador do Comitê Regional de Priorização do Primeiro Grau;

II - um Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, escolhido pelo Presidente do Tribunal;

III - um Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, indicado pelo Corregedor-Geral;

IV - um Juiz, indicado pelo Diretor da Escola Superior de Magistratura do TJPB;

V – Diretor Administrativo;

VI – Diretor de Economia e Finanças;

VII – Diretor de Gestão de Pessoas;

VIII – Diretor de Tecnologia da Informação; e

IX - Gerente de Projetos e Gestão Estratégica.

§ 1º O Comitê Gestor é presidido pelo Coordenador da Política de Priorização do primeiro grau e, na sua falta, pelo juiz mais antigo.

§ 2º As deliberações do Comitê são tomadas por maioria, com voto de qualidade do presidente em caso de empate.

§ 3º Os membros do Comitê terão mandato de dois anos, permitida uma recondução, e serão substituídos quando necessário no curso do mandato, respeitadas as indicações previstas neste artigo.

§ 4º São atribuições do Comitê Gestor:

I - acompanhar a execução do Plano Estratégico;

II - reunir-se quadrimestralmente para realizar a Reunião de Análise da Estratégia - RAE;

III - requisitar informações aos responsáveis pelas iniciativas estratégicas;

IV - sugerir alterações de diretrizes e estratégias contidas no Plano Estratégico, para alcançar os objetivos dos macrodesafios propostos;

V - emitir parecer com a finalidade de subsidiar decisões estratégicas do Tribunal Pleno, do Presidente do Tribunal de Justiça, do Corregedor-Geral de Justiça

ou do Diretor da Escola Superior da Magistratura da Paraíba; e

VI - Publicar, sempre que necessário, o Plano de Gestão atualizado.

Art. 5º No mês de fevereiro de cada ano, o Comitê Gestor encaminhará relatório de gestão do exercício anterior ao Presidente do Tribunal de Justiça, que dará conhecimento aos demais membros do Tribunal Pleno.

Art. 6º A Presidência do Tribunal de Justiça editará os atos necessários à regulamentação desta Resolução e resolverá os casos omissos.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 02 de dezembro de 2020.

Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

ANEXO I

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TJPB 2021-2026

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA
PARAÍBA**

Missão:

Concretizar a justiça, por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva.

Visão:

Alcançar o grau de excelência na prestação de seus serviços e ser reconhecido pela sociedade como uma instituição confiável, acessível e justa, na garantia do exercício pleno da cidadania e promoção da paz social.

Atributos Básicos de Valor:

Celeridade

Eficiência

Acessibilidade

Transparência

Inovação

Responsabilidade Social e ambiental

MACRODESAFIO:
GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Descrição do Macrodesafio:

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5o), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Coordenador:

Pedro Davi Alves de Vasconcelos

Indicadores Estratégicos:

- Número de Pontos de Inclusão Digital (PID's) instalados

Iniciativas Estratégicas:

1. Peça Você
2. Instalação de PID's

Metas:

Indicador	Meta			
	2023	2024	2025	2026
Número de Pontos de Inclusão Digital (PID's) instalados	5	5	-	-

MACRODESAFIO:

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Descrição do Macrodesafio:

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Coordenador:

Max Nunes de França

Indicadores Estratégicos:

- Índice de transparência

Iniciativas Estratégicas:

1. Aperfeiçoar Transparência Ativa no Portal do TJPB
2. Transformando a justiça pela linguagem simples

Metas:

Indicador	Meta			
	2023	2024	2025	2026
Rank da Transparência	98%	100%	100%	100%

MACRODESAFIO:

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Descrição do Macrodesafio:

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Coordenador:

Anderley Ferreira Marques

Indicadores Estratégicos:

- Taxa de Congestionamento Líquida
- Índice de Atendimento à Demanda
- Tempo de tramitação dos processos pendentes
- Redução do percentual dos processos pendentes

Iniciativas Estratégicas:

1. Implementar o Cartório Judicial Estadualizado
2. Política para Redução dos Processos Pendentes e Tempo Médio
3. Instalar novos Núcleos de Justiça 4.0
4. Sebastiana
5. Aperfeiçoar a sistemática da atividade de contadoria
6. Central de curadoria de dados

Metas:

Indicador	Meta			
	2023	2024	2025	2026
Reduzir o tempo médio dos processos pendentes	40%	10%	10%	10%
Reduzir pontos percentuais da Taxa de congestionamento líquida ou estar abaixo da cláusula de barreira.	2%	2%	2%	2%
Ter Índice de Atendimento à Demanda superior ou igual a 100%.	100%	100%	100%	100%
Reduzir o percentual dos processos pendentes	10%	10%	10%	10%

MACRODESAFIO:

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Descrição do Macrodesafio:

Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Coordenador:

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Indicadores Estratégicos:

- Índice de Conciliação

Iniciativas Estratégicas:

1. Start up na conciliação
2. Justiça Restaurativa: educação para uma justiça transformadora
3. Conte com a JR
4. Descobrindo a JR na PB

Metas:

Indicador	Meta			
	2023	2024	2025	2026
Aumentar Índice de Conciliação em pontos percentuais ou estar acima da cláusula de barreira	1 p.p	1 p.p	1 p.p	1 p.p

MACRODESAFIO:

CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Descrição do Macrodesafio:

Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

Coordenador:

Leonardo Sousa de Paiva Oliveira

Indicadores Estratégicos:

- Qtde de Ações Individuais com temas afetados em ações coletivas

Iniciativas Estratégicas:

1. Busca ativa de demandas repetitivas
2. Criar grupo de trabalho junto com os membros do MP e Defensoria Pública voltados para fomentar e publicizar ações coletivas

Metas:

Indicador	Meta			
	2023	2024	2025	2026
Reduzir o ingresso de ações individuais com temas afetados em ações coletivas	5%	5%	10%	10%

MACRODESAFIO:
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Descrição do Macrodesafio:

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Coordenador:

Ivanoska Maria Esperia Gomes dos Santos

Indicadores Estratégicos:

- Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)

Iniciativas Estratégicas:

1. PLS 2022-2023

Metas:

Indicador	Meta			
	2023	2024	2025	2026
Melhorar o IDS (Índice de Desenvolvimento Sustentável)	77%	78%	79%	80%

MACRODESAFIO:

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Descrição do Macrodesafio:

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Coordenador:

Fabio Jose de Oliveira Araujo

Indicadores Estratégicos:

- Índice de desempenho dos órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade no eixo “Governança”.

Iniciativas Estratégicas:

1. Implementar a Nova Lei de Licitação
2. Instituir o modelo de governança do TJPB
3. Aperfeiçoar o Visit - sistema de controle de acesso
4. Desenvolver sistemas informatizados das atividades relacionadas à segurança
5. Criar Grupo Especial de Segurança
6. Interiorizar a Segurança Institucional
7. Estabelecer plantão policial

Metas:

Indicador	Meta			
	2023	2024	2025	2026
Melhorar nota no eixo governança do Prêmio de Produtividade	80%	90%	95%	95%

MACRODESAFIO:

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Descrição do Macrodesafio:

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Coordenador:

Jeremias de Cassio Carneiro de Melo

Indicadores Estratégicos:

- Índice de capacitação de magistrados
- Índice de capacitação de servidores

Iniciativas Estratégicas:

1. Realizar Capacitação Itinerante

Metas:

Indicador	Meta			
	2023	2024	2025	2026
Aumentar Índice de Capacitação dos Magistrados	40%	53%	61%	70%
Aumentar Índice de Capacitação dos Servidores	23%	33%	40%	47%

MACRODESAFIO:

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Descrição do Macrodesafio:

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Coordenador:

Izabel Vicente Izidoro da Nóbrega

Indicadores Estratégicos:

- Índice de execução das dotações para projetos

Iniciativas Estratégicas:

1. Estruturar Setor "Pagamento de Precatórios"

Metas:

Indicador	Meta			
	2023	2024	2025	2026
Aumentar Índice de Execução das dotações para projetos	10%	10%	10%	10%

MACRODESAFIO:

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Descrição do Macrodesafio:

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

COORDENADOR:

Meales Medeiros de Melo

Indicadores Estratégicos:

- IGovTIC-JUD
- Eixo Dados e Tecnologia - Prêmio CNJ de Qualidade

Iniciativas Estratégicas:

1. Programa i-Nova Justiça
2. Reestruturar a DITEC

Metas:

Indicador	Meta			
	2023	2024	2025	2026
Melhorar performance no IGovTIC-JUD	85%	86%	87%	889%
Melhorar performance no Eixo "Dados e tecnologia"	80%	82%	84%	86%

ANEXO II

PLANO DE GESTÃO **Projetos priorizados para** **o primeiro ciclo do biênio** **2023-2024**

Nome da Iniciativa
PEÇA VOCÊ! Autosserviço de acesso à Justiça
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
Descrição
Criar mecanismo que viabilize o ingresso de ações de forma digital, evitando o deslocamento de outros entes da justiça (defensor público, escritório conveniado), facilitando o acesso de cidadãos hipossuficientes e qualificando essas ações a partir de definições mais claras do pedido e do fundamento jurídico, até dez/2021.

Nome da Iniciativa
Instalação de PIDS
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
Descrição
Implementar Resolução N° 508 de 22/06/2023 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) pelo Poder Judiciário, por meio da: (1) adequação ao normativo citado dos postos avançados existentes e em funcionamento no TJPB, (2) estabelecimento de parcerias para aperfeiçoamentos de espaços disponíveis nas comarcas instaladas, garantindo a existência de outros serviços da justiça; (3) elevação de Pids existentes de nível zero para nível 4, até dezembro de 2024.

Nome da Iniciativa
Política para Redução dos Processos Pendentes e Tempo Médio
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Descrição
Aperfeiçoar as informações relativas à Transparência Ativa no Portal do TJPB de modo a alinhar-se as diretrizes do CNJ na política de estímulo aos órgãos da Justiça a disponibilizar as informações de forma mais clara e padronizada à sociedade, tornando mais fácil e transparente o acesso a esses dados, até março de 2025.

Nome da Iniciativa
Aperfeiçoar Transparência Ativa no Portal do TJPB
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Descrição
Reduzir o tempo médio de tramitação processual dos casos pendentes melhorando o Eixo Produtividade do Prêmio CNJ de Qualidade do ano de 2023.

Nome da Iniciativa

Sebastiana
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Descrição
Treinar a Sebastiana de modo a alcançar o resultado esperado pela Administração, através de análise de exemplos para extrair o maior percentual de acurácia, assertividade, fazendo com que ambas sejam convergentes e, por consequência, garantam a confiabilidade do usuário.

Nome da Iniciativa
Central de curadoria de dados
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Descrição
Instituir, de forma permanente, sistemática de curadoria de dados dos sistemas processuais do TJPB, até dez 2024.

Nome da Iniciativa
Start up na conciliação
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Descrição
Unidade/Equipe virtual* com abrangência Estadual, onde serão cadastrados conciliadores treinados que farão busca ativa e consequente proposta de acordo entre as partes, promovendo redução do acervo processual e melhora dos indicadores de produtividade do Tribunal de Justiça da Paraíba, até dezembro de 2021. >> Verificar apenas perfil para este tipo de Conciliador e alterações no fluxo com a juntada de um documento específico vinculando a um movimento para viabilizar as estatísticas.

Nome da Iniciativa
Justiça Restaurativa: educação para uma justiça transformadora
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Descrição
Desenvolver e implementar um modelo padrão de formação em Justiça Restaurativa no NEJURE/TJPB, capacitando magistrados, servidores, além de outros profissionais integrantes da rede, com o intuito de promover a aplicação efetiva dos princípios da Justiça Restaurativa no âmbito interno e externo, até janeiro de 2025.

Nome da Iniciativa
Conte com a JR
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Descrição
Instalar Centros de Justiça Restaurativa (CEJURE) na Paraíba, garantindo espaço físico, pessoas, fluxo no processo judicial eletrônico, e articulação com a comunidade.

Nome da Iniciativa

Descobrimo a JR na PB
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Descrição
O Projeto Descobrimo a JR na PB se trata de uma ação de levantamento de práticas restaurativas dentro e fora do sistema do judiciário

Nome da Iniciativa
PLS 2022-2023
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
Descrição
O PLS/PJPB 2022-23 é instrumento vinculado ao Plano e a Gestão da Estratégia do Poder Judiciário do Estado da Paraíba 2021-2026 (Resolução 35/2020), que declara a Responsabilidade Social e Ambiental como valor institucional, comprometendo-se com o empenho na melhoria de práticas sociais e ambientais responsáveis, procurando sempre atender às necessidades imediatas da sociedade, bem como adotar rigorosa atenção nas tomadas de decisões, considerando as possíveis implicações sociais e ambientais futuras.

Nome da Iniciativa
Implementar a Nova Lei de Licitação
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA
Descrição
Este projeto visa adequar as práticas de licitação da organização à Lei nº 14.133/2021, promovendo transparência, eficiência e equidade nos processos. Inclui a revisão de procedimentos, treinamento de equipe e adoção de tecnologias para garantir conformidade e otimização na condução de licitações.

Nome da Iniciativa
Instituir o modelo de governança do TJPB
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA
Descrição
Disciplinar o modelo de governança no âmbito do TJPB e, por meio dele, construir a cadeia de valor do Tribunal e dar início ao mapeamento dos processos de trabalho, até dezembro de 2022.

Nome da Iniciativa
Programa i-Nova Justiça
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS
Descrição
Implantar e Estruturar o Centro de Inovação do Tribunal de Justiça da Paraíba (CEEin), onde se concentrará também a execução de projetos inovadores que aperfeiçoem e garantam a melhoria contínua dos diversos processos de trabalho do TJPB, estabelecendo parceria com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTCPB), por meio de Termo de Aliança Estratégica, tendo como resultado final a incorporação por parte do TJPB de expertise, métodos, processos, estrutura e soluções inovadoras.

Nome da Iniciativa
Transformando a justiça pela linguagem simples
Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)
FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE
Descrição
Implementar e disseminar o uso da linguagem simples, no âmbito do Tribunal de Justiça, como ferramenta de acesso à Justiça e redução das desigualdades sociais, aliando-se ao compromisso de transformar a maneira como a comunicação judicial é praticada pela Justiça e percebida pela sociedade.